

**ATA N.º 27/2015**

**REUNIÃO ORDINÁRIA 01.DEZEMBRO.2015**

----- Ao primeiro dia do mês de Dezembro de dois mil e quinze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Margarida Maria de Sousa Correia Belém, Alcino Marcelo da Costa Pinho, Albino Jorge Cardoso Gonçalves, Filipa Isabel Pereira Mendes Teles de Noronha, José Luís Alves da Silva e Fernando Noites Peres.-----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

----- O Vereador senhor Fernando Peres pediu a palavra para se referir ao mau estado do piso da estrada em Pedra Má, freguesia de Várzea, que, ao que lhe dizem, estará a colocar em perigo pessoas e bens, perguntando em que ponto se encontra essa situação.-----

----- A este propósito o senhor Presidente respondeu que as deficiências do piso resultam da má execução dos trabalhos que foram feitos no âmbito da construção da rede de saneamento, tendo sido já notificado o empreiteiro para proceder à sua correção.-----

**----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

**----- 01. ATA:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a ata número 26/2015, referente à reunião ordinária de 17 de Novembro findo.-----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la. -

**----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----**

----- Nada a registar.-----

**----- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----**

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 232, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €4.065.015,25 (quatro milhões e sessenta e cinco mil e quinze euros e vinte e cinco cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respetivamente, €3.519.352,54 (três milhões quinhentos e dezanove mil trezentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos) e €507.442,69 (quinhentos e sete mil quatrocentos e quarenta e dois euros e sessenta e nove cêntimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

**----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 24.ª ALTERAÇÃO:-----**

01.12.2015

-----Foi presente à consideração da Câmara a 24.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual resulta um reforço da dotação global definida no valor de €54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

**-----05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 24.ª ALTERAÇÃO:-----**

-----Foi presente à consideração da Câmara a 24.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele documento. ---

**-----06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA: -----**

-----Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“De modo a permitir um melhor controlo das receitas municipais provenientes da venda do direito de acesso aos Passadiços do Paiva, concretamente da que vai ser cobrada através do sistema de gestão de bilhética, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo DL n.º 54-A/99, de 22-2, autorize a abertura de uma conta bancária, nos termos seguintes: -----

-----1. Instituição bancária: Caixa de Crédito Mutuo de Arouca -----

-----2. Titular: Município de Arouca (Passadiços do Paiva) -----

-----3. Forma de obrigar: Conta movimentada simultaneamente pelo funcionário que exerce as funções de tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por membro deste órgão em quem ele delegue.”- -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

**-----07. ENSINO BÁSICO/PÓLO ESCOLAR DE AROUCA – FASE 4 – REVISÃO DE PREÇOS: -----**

-----Foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços definitiva relativa à empreitada em epígrafe, de que resulta a importância de €2.221,76 (dois mil duzentos e vinte e um euros e setenta e seis cêntimos) a favor do município. -----

-----Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços. -----

**-----08. CULTURA/APOIO E INCENTIVOS À ATIVIDADE EDITORIAL – CONCESSÃO:-----**

01.12.2015

----- Foi presente à consideração da Câmara a carta registada sob o número 4.754, em 5 de Outubro findo, de António Brandão de Pinho, a apresentar, nos termos do regulamento de apoio e incentivos à atividade editorial, a sua candidatura ao apoio da Câmara para a edição da sua obra “Rossas e a Ordem de Malta”. -----

----- O pedido foi analisado pelo conselho consultivo a que se refere o art.º 4.º, daquele regulamento criado por deliberação tomada na reunião de 20 de Outubro último. -----

----- Face às conclusões do referido conselho, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, apoiar aquela edição com a aquisição de livros até ao valor de €1.000,00 (mil euros). -----

**----- 09. CULTURA/CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJEÇÃO DE CINEMA - PARECER PRÉVIO: -----**

----- Foi presente uma proposta da DPO, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a propor que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 12, art.º 75.º, do Orçamento de Estado de 2015 e na Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de projeção de cinema, nos termos e condições ali previstos. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede. ---- -----

**----- 10. AÇÃO SOCIAL/PRESTAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL – CONCESSÃO:-----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara os seguintes pedidos de concessão de prestações de natureza social: -----

----- Registo n.º 5.568, em 18 de Novembro último, de Maria da Conceição Miranda Cabral Dias, residente em S. João, Tropeço, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com os transportes escolares do seu educando Bruno Helder; -----

----- Registo n.º 4.125, em 27 de Agosto findo, de Alcinda Gomes Tavares, residente em Fuste Moldes, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a reparação do telhado da sua habitação;-----

----- Registo n.º 1.289, em 18 de Março último, de Maria Eulália da Costa, residente em S. Migueis, Urrô, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a reconstrução de um muro; -----

----- Registo número 5.481, em 12 de Novembro findo, de António Manuel Cabral Pereira, residente na Rua da Boavista, 31, nesta vila, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a aquisição de bens de primeira necessidade. -----

----- Os pedidos foram analisados pela comissão criada por deliberação tomada na reunião de 2 de Dezembro de 2014, tendo esta elaborado a proposta que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

01.12.2015

**-----11. URBANIZAÇÃO/EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO DA PRAÇA SÁ CARNEIRO E ENVOLVENTE AO PÓLO DE AROUCA – REVISÃO DE PREÇOS: -----**

-----Foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços definitiva relativa à empreitada em epígrafe, de que resulta a importância de €7.025,27 (sete mil e vinte e cinco euros e vinte e sete cêntimos) a favor do município.-----

-----Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços.-----

**-----12. URBANIZAÇÃO/ARRANJO URBANÍSTICO DE MOLDES - LIGAÇÃO DA ER326 AO CEMITÉRIO – PROJETO DE EXECUÇÃO: -----**

-----Foi presente à consideração da Câmara o projeto de execução relativo ao arranjo urbanístico de Moldes – ligação da ER326 ao Cemitério.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projeto de execução.-----

**-----13. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA MATA, MANSORES – 2.ª FASE – RESOLUÇÃO DE CONTRATO: -----**

-----Foi presente à consideração da Câmara a seguinte informação dos serviços jurídicos: -----

-----“Devido a incumprimentos do título de compra e venda do lote n.º 7 da Zona Industrial da Mata, Mansores, registado na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 973/20000615 e inscrito na matriz sob o n.º 752, outorgado em 10/10/2010, por parte da adquirente do mesmo - Arubela, Unipessoal, Ld.ª - este Município intentou em 2014 a respetiva ação judicial com vista à sua resolução.-----

-----No decurso da mesma, a sociedade Arubela, Unipessoal, Ld.ª manifestou a sua intenção em dar início à construção do pavilhão a que se destinava o lote que havia adquirido e, nesse seguimento, foi realizada uma transação entre este Município e aquela, sujeita a várias condições resolutivas, nomeadamente, a seguinte: -----

-----a) A Ré (Arubela, Unipessoal, Ld.ª) tem de dar início à construção das respetivas edificações no prazo de 3 meses contados da data da admissão da comunicação prévia referida na alínea b) e a concluí-las no prazo máximo de 18 meses a contar da mesma data. -----

-----Acontece que, a comunicação prévia das obras a efetuar no lote em causa foi admitida em 15 de Maio de 2015 e, até à presente data, a proprietária do mesmo não deu início à execução de qualquer edificação, nem sequer procedeu à remodelação do terreno, sendo que o prazo estipulado para o efeito terminou a 15/08/2015. -----

01.12.2015

----- Para além disso, o mandatário da sociedade Arubela, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, veio, por email enviado no dia 24 de novembro do corrente ano, requerer que este Município proceda à resolução do título de compra e venda do lote uma vez que, a sua constituinte não conseguiu financiamento para o projeto. -----

----- Deste modo, de acordo com a cláusula quinta da transação, o não cumprimento desta obrigação é causa de imediata resolução do contrato, sem necessidade de qualquer interpelação admonitória prévia. -----

----- No caso da Câmara Municipal deliberar resolver o contrato, a transação, acompanhada desta deliberação da Câmara Municipal e do comprovativo da notificação da mesma à sociedade Arubela, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, é título bastante para o registo da resolução do contrato e do respetivo pedido de cancelamento da inscrição da aquisição a favor da adquirente.” -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, resolver o contrato de compra e venda do referido lote de terreno, ordenando a notificação desta decisão à adquirente e, com a prova da realização desta diligência, o registo da resolução e do pedido de cancelamento da inscrição a favor da sociedade inadimplente. -----

**----- 14. TURISMO/PASSADIÇOS DO PAIVA – ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----**

----- Pelo Vereador senhor Marcelo Pinho foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Propõe-se que a Câmara Municipal tome de arrendamento os prédios abaixo identificados, com destino a apoio aos Passadiços do Paiva, nas seguintes condições: -----

----- Renda mensal: € 125,00 por cada prédio. -----

----- Prazo: 5 anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016, renovável automaticamente por iguais períodos, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação escrita devidamente assinada e remetida à contraparte com a antecedência mínima de 90 dias em relação ao termo do prazo do contrato inicial ou de cada uma das suas renovações. O Município reserva, contudo, o direito de denunciar o contrato, independentemente do prazo decorrido, mediante carta registada dirigida ao senhorio com pelo menos 90 dias de antecedência em relação à data prevista. -----

----- Prédios:-----

----- 1. Rústico, sito em Várzea, Espiunca, União de Freguesias de Canelas e Espiunca, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 939/20070601, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1391.º. -----

----- Senhorio: Joaquim Martins Araújo, casado residente em Estrada de Brito, 828, São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, NIF 149 894 996. -----

----- 2. Rústico, denominado "Ramalheirão", sito em Espiunca, União de Freguesias de Canelas e Espiunca, Arouca, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 21.471, fl. 111, do livro B-56, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1392.º. -----

01.12.2015

-----Senhorio: Albano da Silva Lopes, residente no lugar de Espiunca, União de Freguesias de Canelas e Espiunca, Arouca, NIF 105 403 319.”-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

**-----15. TURISMO/DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ATIVO EM AROUCA - CONSTRUÇÃO DE PASSADIÇOS NO RIO PAIVA – REVISÃO DE PREÇOS:-----**

-----Foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços relativa à empreitada em epígrafe, no valor de €84.657,01 (oitenta e quatro mil seiscientos e cinquenta e sete euros e um cêntimo), valor a que deve ser deduzida a importância de 88.332.54 (oitenta e oito mil trezentos e trinta e dois euros e cinquenta e quatro euros) referente às cinco revisões de preços provisórias já aprovadas, resultando dessa dedução a importância de €3.675,53 (três mil seiscientos e setenta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos) a favor do município.-----

-----Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços.-----

**-----16. REDE VIÁRIA/GRANDES REPARAÇÕES/BENEFICIAÇÃO DE ESTRADAS, ENTRONCAMENTOS, PONTES E CAMINHOS – EXECUÇÃO DE MUROS NA E. M. 519 – REVISÃO DE PREÇOS:-----**

-----Foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços definitiva relativa à empreitada em epígrafe, no valor de €274,44 (duzentos e setenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos) a favor do município. -----

-----Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços.-----

**-----17. REDE VIÁRIA/CONSERVAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS EM VÁRIOS LOCAIS DO CONCELHO – REVISÃO DE PREÇOS:-----**

-----Foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços definitiva relativa à empreitada em epígrafe, de que resulta a importância de €78,00 (setenta e oito euros), a favor do município.-----

-----Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços.-----

**-----18. REDE VIÁRIA/CONSERVAÇÃO DE VIAS – REVISÃO DE PREÇOS: -----**

-----Foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços relativa à empreitada em epígrafe, no valor de €183,72 (cento e oitenta e três euros e setenta e dois euros) a favor do município.-----

01.12.2015

----- Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços. -----

**----- 19. DEFESA DO AMBIENTE/APLICAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara uma informação da Divisão de Planeamento e Obras a expor quanto ao enquadramento e à aplicação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e à sua compatibilização com os instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente com o Plano Diretor Municipal (PDM), concluindo que: -----

----- “O PMDFCI não seguiu os trâmites de um IGT pelo que, há sérias dúvidas de que possa ser vinculativo dos particulares. Por este motivo, sou de opinião de que deveria ser solicitado parecer jurídico à CCDRN. -----

----- Contudo, anexa-se, à presente informação a Carta de Perigosidade e a Carta de Áreas ardidas aprovadas no PMDFCI (anexo 2) bem como a Planta de Condicionantes - Anexo - do PDM, (caso a cartografia do PMDFCI vertesse para o mesmo) ou seja, com transposição das áreas percorridas por incêndios florestais e áreas com classe de risco de incêndio elevado e muito elevado, conforme constam da Cartografia do referido PMDFCI, aprovado em 2015, as quais estão de acordo com a realidade em vigor (anexo 3).” -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar solicitar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte parecer jurídico que esclareça as dúvidas ali suscitadas e mandar aplicar desde já as normas constantes do PMDFCI aprovado por despacho do senhor Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas exarado em 15 de Julho último. -----

**----- 20. DIVERSOS/PASSAGEM DE ANO 2015/2016 – REGULAMENTO: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o regulamento “Passagem de Ano 2015/2016 – Bares”, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o regulamento que antecede. -----

**----- 21. DIVERSOS/CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE - DUAS LICENÇAS DE GEOMEDIA PRO - PARECER PRÉVIO: -----**

----- Foi presente uma proposta da DPO, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a propor que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 12, art.º 75.º, do Orçamento de Estado de 2015 e na Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção de software – duas licenças de GeoMedia Pro, nos termos e condições ali previstos. ---

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

**-----22. DIVERSOS/SUSANA MARIA JESUS SILVA – INDEMNIZAÇÃO:-----**

-----Foi presente a carta registada sob o número 5.652, em 14 de Novembro do ano findo, de Susana Maria Jesus Silva, com estabelecimento comercial na Praça Brandão de Vasconcelos, nesta vila, a informar na sequência do sinistro ocorrido em 26/09/2014 (vidro danificado na Loja A do centro comercial da praça) que o valor da substituição daquele vidro é de €182,66 (cento e oitenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos). -----

-----Sobre o assunto a DAU informou que “o preço apresentado é o preço de mercado” e que a “requerente deve ser ressarcida dos prejuízos”. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deixar o pedido para estudo.

**-----23. DIVERSOS/FREGUESIA DE MANSORES – CEDÊNCIA DE TUBO:-----**

-----Foi presente à consideração da Câmara o ofício registado sob o número 3.732, em 30 de Julho último, da Junta de freguesia de Mansores, a “solicitar a cedência a título gratuito de tubo de água que (...) tem início junto da nascente de água do Castelo e termina na Boavista.” -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido.-----

**-----24. DIVERSOS/GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL – PROTOCOLO:-----**

-----Foi presente à consideração da Câmara a proposta da senhora Vereadora Margarida Belém no sentido de que se “delibere assumir diretamente o serviço de informação e atendimento do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), com a colaboração da ADRIMAG, nos termos e condições previstos” no protocolo cuja minuta se encontra anexa aquela proposta, documentos que se dão aqui como reproduzidos e a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, aprovar os documentos que antecedem. -----

**-----25. DIVERSOS/COOPERATIVA AGRÍCOLA DE AROUCA, CRL – CONCURSO PECUÁRIO DA RAÇA AROUQUESA E CHEGA DE BOIS – SUBSÍDIO:-----**

-----Foi presente a carta registada sob o número 4.105, em 26 de Agosto findo, da Cooperativa Agrícola de Arouca, a solicitar a contribuição da Câmara para os eventos do concurso pecuário da raça arouquesa e chega de bois, eventos promovidos na última edição da Feira das Colheitas. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, atribuir a comparticipação de €12.000,00 (doze mil euros). -----

**-----26. DIVERSOS/ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS SERRAS DO MONTEMURO, ARADA E GRALHEIRA - PROJETOS ANCORA PROVERE – COMPARTICIPAÇÃO:-----**



01.12.2015

----- Foi presente a carta registada sob o número 5.376, em 6 de Novembro findo, da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira, a solicitar a comparticipação da financeira respeitante à execução dos projetos âncora PROVER. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores José Luís Alves e Fernando Peres, comparticipar com a importância de €27.255,89 (vinte e sete mil duzentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos). -----

----- **III — INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- Nada a registar. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

----- Eram 15 horas e 35 minutos. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, \_\_\_\_\_, Coordenador Técnico do Departamento de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----